



A Lei nº 13.467/2017, denominada de Reforma Trabalhista, promoveu significativas mudanças no Direito Material e no Direito Processual do Trabalho, tendo como linha condutora a redução de direitos e a desproteção do trabalhador, sobretudo o mais pobre. No âmbito do acesso à Justiça, diversas foram as alterações que, na essência, buscaram restringi-lo, sob a justificativa de benefícios à economia e necessidade de redução de despesas orçamentárias. No afã de cumprir seu desiderato ideológico e político, a Lei nº 13.467/2017 esbarrou em algumas normas constitucionais e atropelou outras. Diante dos diversos questionamentos que vêm sendo apresentados em relação à constitucionalidade da Reforma Trabalhista, mostra-se necessário um estudo sistemático sobre as alterações promovidas ante o direito fundamental de acesso à Justiça, a fim de permitir uma reflexão qualificada do juslaboralista e dos demais atores que enfrentam as vicissitudes trabalhistas.

Eduardo Milléo Baracat

Prefácio  
Irene Patrícia Nohara

# ACESSO À JUSTIÇA E A REFORMA TRABALHISTA

## Análise da lei nº 13.467/2017

### Área específica

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

### Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL;  
DIREITO DO TRABALHO

### Público-alvo/consumidores

ADVOGADOS TRABALHISTAS;  
ESTUDANTES DE DIREITO;  
JUÍZES DO TRABALHO

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001851

B223a	Baracat, Eduardo Milléo Acesso à justiça e a reforma trabalhista: análise da Lei nº 13.467/2017 / Eduardo Milléo Baracat.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	271 p. E-book. ISBN: 978-65-5518-088-6
	1. Direito Processual Trabalhista. 2. Direito Constitucional. 3. Direito do Trabalho. I. Título.
	CDD 342.6 CDU 349.2

**Eduardo Milléo Baracat** é Juiz Titular da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba. Professor da Graduação e do Programa de Mestrado e Doutorado do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra. Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1	
ACESSO À JUSTIÇA: EVOLUÇÃO E CONCEITO.....	21
1.1 Evolução histórica: da Antiguidade Clássica ao surgimento da jurisdição trabalhista .....	21
1.2 Acesso à Justiça: do Brasil Colônia à Constituição de 1988 .....	29
1.3 O acesso ao direito como prerrogativa fundamental.....	38
1.4 O acesso à Justiça: princípio universal e direito fundamental.....	39
1.5 Direito de ação: assistência jurídica integral e gratuita e duração razoável do processo .....	43
1.6 Excesso de acessos .....	51
CAPÍTULO 2	
INTERPRETAÇÃO DO DIREITO .....	55
2.1 Interpretação da norma jurídica: evolução dos sistemas e teorias.....	55
2.1.1 O período das recepções e o direito comum .....	57
2.1.2 Jusracionalismo e o sistema fechado.....	58
2.1.3 Escola da Exegese francesa .....	60
2.1.4 Escola Histórica do Direito .....	62
2.1.5 Positivismo jurídico .....	65
2.1.6 Jurisprudência de interesses.....	67
2.1.7 Movimento do Direito Livre .....	68
2.1.8 Doutrina do Direito Justo.....	68
2.1.9 Uma última classificação: teorias subjetivas e objetivas.....	69
2.2 Classificação da interpretação jurídica .....	73
2.2.1 Quanto à origem da interpretação.....	73
2.2.2 Quanto aos resultados da interpretação.....	75
2.2.3 Quanto aos métodos de interpretação .....	75
2.2.3.1 Literal ou gramatical.....	76
2.2.3.2 Interpretação lógica .....	79
2.2.3.3 Interpretação histórica.....	79
2.2.3.4 Interpretação sistemática .....	81
2.2.3.5 Interpretação teleológica.....	82
2.3 Princípios específicos de interpretação constitucional .....	85
2.3.1 Princípio da supremacia da Constituição.....	86
2.3.2 Princípio da unidade da Constituição .....	87
2.3.3 Princípio de interpretação conforme a Constituição .....	88
2.3.4 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.....	89
2.3.5 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade: desvio de poder e interpretação constitucional.....	90
2.3.6 Princípio da efetividade .....	92
CAPÍTULO 3	
OBSTÁCULOS AO ACESSO EFETIVO À JUSTIÇA PELO TRABALHADOR .....	95
3.1 Obstáculos econômicos .....	95
3.1.1 Os custos do processo trabalhista e a falsa premissa da Lei nº 13.467/2017 .....	95
3.1.2 Orçamento e estrutura da Justiça do Trabalho.....	102

3.2	Obstáculos processuais .....	108
3.2.1	Excesso de recursos e instâncias recursais .....	108
3.2.2	Dificuldade probatória do trabalhador.....	110
3.3	Obstáculos socioculturais .....	115
3.3.1	Desconhecimento dos direitos .....	115
3.3.2	Descrença no Poder Judiciário .....	117
3.4	Obstáculos psicológicos .....	119
3.4.1	Estigma do colaborador ingrato ou desleal.....	119
3.4.2	Receio de informações desabonadoras e listas sujas.....	121

#### CAPÍTULO 4

#### ALTERNATIVAS AO ACESSO EFETIVO À JUSTIÇA DO TRABALHO EM FACE DA LEI N<sup>o</sup> 13.467/2017.....

4.1	Gratuidade da justiça e assistência judiciária gratuita: uma visão constitucional.....	123
4.2	Gratuidade: interpretação dos §§3 <sup>o</sup> e 4 <sup>o</sup> do art. 790 da CLT e aplicação supletiva do art. 99, §§2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> do CPC.....	130
4.3	Ainda sobre a gratuidade da justiça no processo do trabalho: impactos sobre a atividade jurisdicional .....	147
4.4	Arquivamento pela ausência do reclamante à audiência: custas judiciais e a (in)constitucionalidade dos §§2 <sup>o</sup> e 3 <sup>o</sup> do art. 844 da CLT .....	150
4.5	Honorários advocatícios de sucumbência: interpretação do art. 791-A, <i>caput</i> , §§3 <sup>o</sup> e 4 <sup>o</sup> da CLT .....	165
4.5.1	(In)constitucionalidade do §4 <sup>o</sup> do art. 791-A da CLT e sua incidência nos casos de beneficiários da justiça gratuita.....	167
4.5.2	Honorários de sucumbência recíproca: critério do §3 <sup>o</sup> do art. 791-A da CLT .....	174
4.6	A disciplina dos honorários periciais prevista no art. 790-B, <i>caput</i> e §4 <sup>o</sup> da CLT: (in)constitucionalidade e o desvio de finalidade legislativa.....	176
4.7	Ações coletivas de sindicatos e do MPT .....	183
4.8	Tutela de urgência para antecipação da prova documental pelo empregador e a interrupção da prescrição trabalhista.....	188
4.8.1	Fundamentos para a antecipação da tutela de exibição de documentos pelo empregador .....	192
4.8.2	Interrupção da prescrição trabalhista: urgência contemporânea à propositura da ação.....	194
4.8.3	Requisitos da petição inicial e aditamento do pedido de tutela final.....	196
4.9	Produção de prova testemunhal durante a pandemia do Covid-19.....	198
4.9.1	Audiências por videoconferência: jurisprudência do CNJ .....	201
4.9.2	O valor probatório da declaração testemunhal escrita: falta de acesso à internet e análise do direito comparado .....	204
4.9.2.1	A ausência de acesso à internet para realização de audiência por videoconferência .....	204
4.9.2.2	A declaração testemunhal escrita nos ordenamentos jurídicos de Portugal, Itália e França.....	206

#### CAPÍTULO 5

#### ALTERNATIVAS À SOLUÇÃO JURISDICIONAL.....

5.1	Conciliação e justiça: necessário equilíbrio .....	215
5.1.1	Judicial .....	215

5.1.2	Extrajudicial .....	219
5.1.2.1	Comissões de Conciliação Prévia (CPPs) .....	220
5.1.2.2	Acordo extrajudicial e <i>res dubia</i> : interpretação do art. 855-B da CLT .....	223
5.2	Arbitragem no âmbito do Direito Individual do Trabalho: (in)constitucionalidade e alcance do art. 507-A da CLT .....	227
5.2.1	Conceito e alcance da arbitragem .....	227
5.2.2	Arbitragem, acesso à Justiça e juiz natural: jurisprudência do STF .....	232
5.2.3	(In)constitucionalidade do art. 507-A da CLT .....	237
5.2.4	Arbitragem de direitos patrimoniais disponíveis decorrentes de contrato individual de trabalho .....	241
5.2.4.1	Direitos patrimoniais disponíveis: arbitrabilidade objetiva .....	244
5.2.4.2	Arbitrabilidade subjetiva e hipossuficiência do trabalhador .....	250
5.2.4.3	Arbitragem extrajudicial e judicial e a atuação institucional do MPT .....	252
	COMPÊNDIO DAS CONCLUSÕES .....	259
	REFERÊNCIAS .....	265